

Repetições: uma nova análise

RUTH RAMALHO RUIVO PALLADINO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Na Clínica Fonoaudiológica, os casos de crianças com desenvolvimento patológico da linguagem são aqueles que trazem maior riqueza de dados e, assim, constituem uma fonte fértil para a reflexão. Há um tipo de acontecimento linguístico muito comum nestes casos: as crianças apenas repetem a fala do outro. Elas apresentam sucessivas repetições imediatas da fala alheia ou mesmo sucessivas repetições mediadas, quer dizer, seguidas recolocações de fragmentos de falas já apresentadas.

Este acontecimento tão comum é um fenômeno interessante e instigante, tanto no estudo da patologia quanto na discussão de questões estritamente clínicas.

Para se discutir sobre este tipo de acontecimento é necessário, sem dúvida, um diálogo com disciplinas que tomam a linguagem como seu objeto de atenção. Qualquer teoria de linguagem pode vir a constituir um espaço importante para este diálogo se puder contemplar as questões da patologia. As teorias da aquisição de linguagem são espaços interessantes para isto, já que as repetições são também um fenômeno da normalidade. Um ponto importante destas teorias, que pode ser tomado como lugar para uma discussão acerca das repetições, é o conceito de desenvolvimento que a elas subjaz.

As teorias que consideram o desenvolvimento um processo evolutivo, supõem este processo como uma passagem da falta para o pleno domínio do conhecimento, ou seja, uma mudança do não-saber para o saber, saber que estará indiciado pelo uso. É possível remontar este conceito de desenvolvimento como uma relação entre o uso e o saber em que o segundo fica como condição do primeiro e, com isto, a criança fica com o papel daquele que antes contempla e analisa e somente depois usa. À luz de um conceito evolutivo do desenvolvimento, as repetições das crianças são entendidas como «usos desprovidos de saber». São emissões não-produtivas, já que a criança não é autora do seu dizer e, portanto, suas produções não revelam conhecimento objetivo da realidade. São meras cópias de produções alheias e por este motivo não compõem um lugar específico nem têm um papel determinante no desenvolvimento. É apenas um momento preparatório para a linguagem e, como tal, as repetições são, necessariamente, transitórias e, logicamente, ainda não são linguagem. Se a repetição se cronificar, quer dizer, perder seu caráter de transitoriedade, advém um acontecimento patológico. A qualificação da normalidade está vinculada à idéia de autoria, de emissão produtiva, consciente e intencional. A repetição fica, desta forma, irremediavelmente ligada ao não-saber.

Há questões clínicas que permanecem problemáticas se refletidas no interior de um conceito de desenvolvimento como este. Um exemplo é o conceito de «cura» que pode ser, em parte, derivado de um conceito de desenvolvimento. Sob um conceito do tipo evolutivo – representado pela relação saber/uso –, a «cura» seria definida à partir da noção de plenitude, que é demonstrada pelo uso. Mas, o uso que ocorre, denotado pela repetição apresentada pela criança, não demonstra o caminho à plenitude e aí se tem um problema: frente à linguagem, o que se faz é removê-la porque entendida como não-linguagem e, portanto, deve dar lugar à

normalidade, àquilo que é, de fato, linguagem, necessariamente atada ao «saber». Aliás, há uma questão muito interessante que pode ser posta relativamente à proposição «saber/uso» e que é muito pertinente ao estudo da patologia. Entender as repetições infantis como «meras cópias», «imitações», «emissões não-produtivas», significa dizer que não há saber. Ora, se não há saber, tudo é opaco, no sentido de que nada significa ainda, aí incluído o outro.

Como poderia a criança imitar algo que está fora da instância do saber? Ou só a linguagem está fora desta instância?

É possível, contudo, uma outra reflexão acerca destes problemas à partir de um diálogo com outras abordagens teóricas da linguagem. No final dos anos 70, a proposição saber/uso passa a ser abalada por novos estudos em aquisição de linguagem. Clark (1978) coloca que se a criança erra ou repete a fala do outro sem qualquer critério categorial (o que seus dados revelam é que a repetição é qualquer) é porque não há saber mesmo. A autora apresenta, então, a ideia de «incorporação», qual seja: a criança extrai fragmentos e os usa. E isto é linguagem. Aqui começa, então, um novo projeto para a proposição «saber/uso».

Lemos (1985) verticaliza esta reflexão e apresenta uma outra possibilidade de interpretação para a questão da repetição, à partir de uma mudança radical no trato com as ideias de conhecimento e uso. Para esta autora, as repetições revelam mesmo um não-saber no sentido de que qualquer fala é desprovida de significação: a fala de um só ganha sentido na fala do outro. O que Lemos está colocando em pauta é a ideia, muito bem apresentada pela Análise do Discurso, da «incompletude» da linguagem: o sentido é efeito da relação entre os significantes. Em outras palavras há um espaço de significação que é intervalar, não está nem na fala de um, nem na fala de outro. A incompletude da linguagem expõe a incompletude do sujeito: só há sujeito na linguagem e, com isto, autonomia e autoria (ideias tão caras às visões evolutivas do desenvolvimento) ficam como «ilusórias» (Orlandi, 1988). Necessárias e ilusórias. O desenvolvimento fica aqui como um processo histórico, não cronológico. Aqui, a metáfora mais adequada é espacial: a linguagem é um lugar, uma estrutura. O desenvolvimento é, então, a história das marcas e direções discursivas, dos movimentos nesta estrutura. Movimentar-se nesta estrutura é, em outras palavras, funcionar simbolicamente. Portanto, não há ninguém da linguagem algo que não seja a própria linguagem e, assim, uma proposição tal como «saber/uso» não encontra aqui pertinência.

Lemos (1981) introduz o conceito de «especularidade» nos estudos da linguagem, atribuindo a este fato o estatuto de processo fundante do sujeito: ao incorporar a fala do outro, a criança assume um lugar na estrutura da linguagem, ela se movimenta na estrutura, num funcionamento que é de natureza simbólica. As repetições são, então, lidas como linguagem e tomadas como indício de posição: a repetição é especularidade, movimento que expõe a alienação como constituindo o sujeito. E, se constitutiva, faz do outro, enquanto discurso, condição necessária, o que revela a ideia de identificação.

A repetição, um acontecimento típico do processo normal de aquisição de linguagem, é assunto crucial para a patologia. Nela, a repetição é um acontecimento que fica exacerbado: na patologia, as crianças, às vezes, só repetem a fala alheia. As repetições demonstram que, de fato, a criança é «inundada» pela linguagem. A linguagem a encontra e a perfura. No entanto, na patologia, vê-se também que a linguagem sai por estes furos e se esvai, se perde. Não há identificação: a fala do outro desliza e sai pela boca da criança. Ela se solta e não entra no espaço da significação. O deslize faz desta fala, uma fala «des-significada». Em realidade, ela fica fora de circulação, fica à deriva. Ela escapa. Apesar de o adulto tentar não deixar esta fala dispersa (porque continua a falar durante um certo tempo com a criança, restringindo esta fala provisoriamente), vê-se que o deslizamento não é estancado. Uma outra repetição surge e esta

fala novamente escapa da circulação discursiva, fica sem sentido. Por que o caráter fundante da especularidade é fragilizado na patologia? Por que E estas falas não ganham estatuto de objeto de significação na fala do outro? Na realidade, as incorporações sucessivas pela criança impedem que o outro a veja como «autora» de seu próprio dizer. Mais do que isto, impedem que o outro se veja discriminado da criança e parece que é isto que faz o adulto tentar abalar este estado «fusional» que o faz permanecer no não-sentido: a sua tendência é a de silenciar-se para separar-se. A ilusão de autoria é condição não só para a criança que fala, mas também para o outro que a escuta. Talvez o fato de a criança, no silêncio do outro, não ser tomada como autora de seu dizer, lhe tire definitivamente a possibilidade de uma outra direção discursiva, de um outro movimento na estrutura da linguagem.

Muito interessante para a reflexão sobre a patologia, um conceito histórico do desenvolvimento é também muito importante para uma discussão acerca dos caminhos clínicos. A idéia de história coloca tanto a questão da significação, quanto a da singularidade. A linguagem não é algo de que a criança se apropria para poder comunicar seu conhecimento. Diferentemente, é a linguagem que dela se apropria e, nesse sentido, não há conhecimento sem linguagem. É, com isto, rompido o privilégio da forma na Clínica Fonoaudiológica, inclusive porque o próprio sistema da língua resulta de movimentação na estrutura. Em outras palavras, os conceitos clínicos carecem e merecem uma revisão. O conceito de «cura», por exemplo, estará definido sobre a idéia de movimentos na estrutura, de movimentos para a significação. A terapêutica estará definida, portanto, sobre a idéia de interpretação, que não é outra coisa senão a idéia de circulação, de movimento. A idéia de interpretação vem romper o apriorismo que caracteriza a reflexão na Clínica Fonoaudiológica, apriorismo que sempre a conduz às mesmas soluções.

Enfim, as teorias de aquisição que estão assentadas numa perspectiva evolutiva do desenvolvimento e as propostas teóricas da Análise do Discurso podem constituir um nicho adequado e fértil para a implantação de uma importante discussão sobre as questões da patologia da linguagem e da Clínica Fonoudiológica.

BIBLIOGRAFIA:

- Clark, E. 1978. Awareness of language: Some evidence from what children say and do. In A. Sinclair, R. J. Jarvella, W. J. M. Levelt eds. *The child's construction of language*. New York, Springer-Verlag.
- Lemos, C. T. G. 1981. Interactional process in the child's construction of language. In W. Deustsch ed. *The child's construction of language*. London, Academic Press.
- Lemos, C. T. G. 1985. On specularity as a constitutive process in dialogue and language acquisition. In L. Camaioni, C. T. G. Lemos eds. *Questions on social explanation: Piagetian themes reconsidered*. Amsterdam, John Benjamins.
- Orlandi, E. P. 1988. A incompletude do sujeito: E quando o outro somos nós? *Série Cadernos PUC*, no 25, 14-19.